

# PROFORMAR: UMA EXPERIÊNCIA AMAZÔNICA EM POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

*PROFORMAR: AN AMAZONIAN EXPERIENCE IN PUBLIC POLICY EDUCATIONAL*

*PROFORMAR: UMA EXPERIENCIA AMAZÓNICA EN LA POLÍTICA PÚBLICA EDUCATIVA*

**Caio Henrique Faustino da Silva<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Bacharelado em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA e Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica – PAIC/Fapeam.

**André Luis Nunes Zogahib<sup>2</sup>**

<sup>2</sup>Doutor em Administração Pública, professor titular da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Pró-reitor de Ensino e Extensão – UEA.

## RESUMO

O presente estudo foi concebido com vistas a compreender o processo de construção do Programa de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação desenvolvido no estado do Amazonas. A motivação principal foi compreender como uma política pública educacional foi capaz de formar mais de 16.000 professores da rede pública de ensino do Amazonas em menos de uma década. Para tanto, com o intuito de identificar os elementos que contribuíram para elaboração e implementação dessa política, foi empreendida uma revisão bibliográfica e documental. Na condução desta pesquisa foram identificados a incidência de elementos internos e externos em todo processo do Proformar. Dessa forma, foram identificados, na gênese dessa política pública educacional, elementos externos oriundos das determinações contidas em documentos internacionais ratificados pelo estado brasileiro os quais determinavam a necessária formação superior para todos os professores das redes públicas e privadas de ensino. Ao mesmo tempo, foram identificados a incidência de elementos internos assentados na capacidade de cooperação e concertação do Estado (União, Estados e Municípios) no que tange ao desenvolvimento e implementação do Proformar enquanto política pública educacional e meio para a consecução dos objetivos estabelecidos na Lei de Diretrizes e bases da Educação-LDB. Destarte, o presente estudo busca pavimentar o caminho para estudos e discussões posteriores por meio da análise do Proformar enquanto experiência amazônica em formação de professores.

**Palavras-chave:** Política pública educacional, formação de professores. Educação na Amazônia.

## ABSTRACT

This study was designed in order to understand the process of constructing deployed in the Education Professionals Valuation and Formation Program held in the Amazonas state. The main motivation was to understand how an educational public policy was able to form more than 16 000 teachers in the Amazonas public school system in less than a decade. In order to identify the elements that contributed to the preparation and implementation of this policy a documentary and bibliographic review on the program was made. In conducting this research were identified the incidence of internal and external elements throughout

the process Proformar. As results, external elements were found in the genesis of this educational policy, such as requirements contained in international documents ratified by Brazil that determine degrees in areas related to education for all the teachers in public and private schools; and at the same time, internal elements such as the ability of consultation and coordination of state Levels (Federation, States and Municipalities) in the development and implementation of this educational public policy in order to achieve the goals established by the Law of Guidelines and Bases of Brazilian education. Thus, the present study seeks to pave the way for further discussions and studies through the analysis of Proformar while Amazonian experience in teacher training and contribute to the promotion of new studies and debates surrounding the issue of public policy in education.

**Keywords:** educational public policy, teacher training. Education in the Amazon.

### **RESUMEN**

Este estudio fue diseñado con el fin de comprender el proceso de construcción del Programa de Formación y Valorización de los profesionales de la Educación desarrollado en el estado Amazonas. La motivación principal era entender cómo una política educativa pública fue capaz de formar más de 16.000 maestros de escuelas públicas de la Amazonia en menos de una década. Para ello, con el fin de identificar los elementos que contribuyeron al desarrollo e implementación de esta política, se realizó una revisión bibliográfica y documental. En la realización de esta investigación han sido identificados la incidencia de elementos internos y externos durante todo el proceso Proformar. De esta manera, se han identificado, en la génesis de esta política pública educativa, los elementos externos de las determinaciones contenidas en los documentos internacionales ratificados por el estado brasileño que determinó la educación superior para todos los docentes de redes educativas públicas y privadas. Al mismo tiempo, identificamos la incidencia de elementos internos presentes en la capacidad de coordinación y cooperación del Estado (Federal, Estatal y Municipios) en relación con el desarrollo y puesta en práctica del PROFORMAR como política pública educativa y medio para la consecución de los objetivos establecidos en la Ley de Directrices y bases de la Educación – LDB. Por lo tanto, el presente estudio pretende allanar el camino para más discusiones y estudios a través del análisis del Proformar como experiencia de amazónica en la formación docente.

**Palabras-clave:** política pública educativa, formación de profesores. Educación en la Amazonia.

### **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos a educação tem ocupado um papel central na agenda governamental em nível nacional e, sobretudo, internacional. Sendo possível apontar inúmeras variáveis responsáveis pela valorização do elemento educacional dentre as quais o fator econômico costuma sobressair-se. O destaque do fator econômico enquanto principal elemento condicionador das demandas sociais justifica-se, em grande parte, sob a ótica da globalização do capitalismo. Tal fenômeno é capaz de modificar e produzir novas demandas, as quais precisam ser atendidas. Diante da necessidade constante em suprir as exigências de uma vida-mercantil globalizante é preciso investir na formação daqueles cuja função é formar.

Destarte, é possível perceber que a educação tem sido um campo dos mais férteis no que concernem as mudanças decorrentes dos novos desejos da vida em sociedade. Tais

mudanças atingem as mais variadas áreas da educação e, conseqüentemente, os processos educacionais e suas teorias. Diante disso, percebeu-se que para acompanhar o fenômeno da reestruturação educacional no país era preciso investir não apenas na infraestrutura do aparelho estatal de ensino, mas, era preciso ir além. Era preciso instituir uma política de formação e valorização dos profissionais de educação.

Sendo assim, a presente pesquisa buscou compreender o cenário em que floresceu o Proformar enquanto Programa de Formação e Valorização de Profissionais de Educação, ou seja, o processo de formulação dessa política formadora. Essa escolha se assenta na importância do referido programa enquanto política pública educacional voltada para a formação de professores da educação básica na rede pública de ensino no estado do Amazonas. E, em termos mais específicos, o trabalho realizou um levantamento bibliográfico e documental acerca das diretrizes educacionais erigidas em nível nacional e internacional no final dos anos 90 e início dos anos 2000 a fim de identificar sua influência na construção do referido programa. Em seguida, procedeu-se a reunião, análise e sistematização dos dados oriundos do Proformar na tentativa de compreender o processo de concepção e implementação do programa e, ao mesmo tempo, conhecer seus limites, inovações e desdobramentos.

Portanto, a presente pesquisa se encontra organizada em três momentos. No primeiro momento foi empreendido uma revisitação à história da educação na região Amazônica, isto é, rememoraram-se os caminhos percorridos pela educação desde os tempos coloniais até o fim do século XX. No segundo momento, tratou-se de apresentar o Proformar enquanto uma política pública educacional voltada para formação de professores em todo o Amazonas. Para tanto, foi exposto o processo de gestação do programa sem perder de vista a incidência de elementos extrínsecos e intrínsecos à região. Finalmente, foram discutidos os dados apresentados pelo programa a partir de uma postura crítica quanto ao papel desempenhado pelo Estado no complexo processo que envolve uma política pública. Além disso, evidenciaram-se os feitos e o legado deixado pelo programa na educação do estado do Amazonas. Finalmente, é lícito afirmar que a presente pesquisa busca contribuir para a promoção de debates envolvendo as áreas da administração pública, educação e políticas públicas e gestão tendo e, da mesma forma,

intenta-se tornar pública uma experiência amazônica em formação de professores a fim de fornecer subsídios para a elaboração e condução de trabalhos posteriores nessa área.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### A EDUCAÇÃO NO PERÍODO COLÔNIA NA AMAZÔNIA: UM CAMINHO DIFERENTE.

A República federativa do Brasil ocupa a maior parte do continente sul-americano uma vez que, segundo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, o território abrange uma área de 8 515 767 049 km<sup>2</sup> sendo a quinta maior extensão territorial do mundo. No rol dos estados que compõem a República Federativa do Brasil encontramos o Amazonas<sup>1</sup>. A referida unidade da federação ocupa uma área de 1 559 159 148 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010) no centro da região transnacional correspondente à Amazônia Continental. O estado do Amazonas é o maior das 27 unidades federativas (incluindo o Distrito Federal) e detém uma população de aproximadamente 3 483 985 habitantes (IBGE, 2013) distribuídos em 62 municípios.

Em decorrência da distância e do difícil acesso, a região amazônica acabou escrevendo uma história educacional de contornos diferentes do resto do Brasil. No período colonial foi empreendido uma série de medidas cuja finalidade ia desde a *aportuguesação* dos povos nativos (por meio de uma política de casamentos interétnicos) até a educação e a conversão desses povos ao cristianismo. (SAMPAIO, 2011, p. 78). A relação entre o império português e a igreja católica - sendo essa última representada basicamente pela Companhia de Jesus - era a manifestação do cerco sociocultural empreendido sobre os povos autóctones da América ibérica. A catequese foi o principal instrumento pelo qual agiram os representantes da Santa Igreja. Teve, sobretudo, um caráter político pedagógico ao inserir padrões de uma civilização que pretendia implantar-se no Novo Mundo como legítima e hegemônica. (NOLASCO, 2008, p. 113). Portanto, no interior do programa de conquista e dominação portuguesa é possível afirmar que há uma estreita simbiose entre educação e catequese na colonização do Brasil. Em verdade a emergência da educação como um fenômeno de aculturação tinha na catequese a sua

---

<sup>1</sup> O termo Amazonas aparece primeiramente nos escritos do frei Carvajal responsável pelo registro da epopeia espanhola no vasto *Mar Dulce*. O termo pode fazer referência aos mais variados elementos sendo largamente atribuído à tribo das mulheres guerreiras habitantes das margens do grande rio. (SMITH, 1990).

ideia-força, o que fica claramente formulado no Regimento de D. João III estatuído em 1549 e que continha as diretrizes a serem seguidas e implementadas na colônia brasileira pelo primeiro governo geral. (SAVIANI, 2007, p. 57).

### **A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO AMAZONAS A PARTIR DO SÉCULO XIX.**

Contudo, com o passar dos anos pouca coisa mudou. Manteve-se o caráter elitista e dominador da educação na região. Assim, logo após a independência do Brasil do Estado português em 1822, percebia-se o evidente distanciamento entre uma educação de qualidade e os povos habitantes dos confins da floresta amazônica. Até a criação da atual Universidade Federal do Amazonas-UFAM no ano de 1909, a continuação dos estudos deveria ser conduzida fora da região, via de regra, os estudantes como maiores posses eram enviados para as universidades europeias, especialmente as ibéricas como a Universidade de Coimbra, Salamanca e Lisboa.

No início do século XX a educação no Estado do Amazonas ainda está dando seus primeiros passos. “O ensino Fundamental, até a década de 50, estava restrito às sedes dos municipais. Os grupos escolares ofereciam educação pública e gratuita, ao lado das chamadas escolas isoladas multisseriadas, que completavam o atendimento à demanda.” (Barbosa; Ramos, 2008, p. 15). Em breves linhas, este foi o cenário da educação no Estado até meados do século XX.

Por seu turno, nas décadas de 80 e 90, o estado vivenciou um crescente movimento de aproximação das principais regiões do país. Empurrado pelo modelo Zona Franca de Manaus, capitaneado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), o Amazonas passou a contar com um aumento significativo em suas receitas. *Parri passu*, o estado passou a ser incluído efetivamente no cenário político decisório nacional sendo destinatário de políticas públicas educacionais de abrangência nacional. Em se tratando de tais políticas públicas, apontamos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-Fundef (posteriormente substituído pelo O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). E, nesse mesmo período, por meio do Plano Estadual de Educação 1990-1994, o governo do Estado do Amazonas criava um

conjunto de programas (de caráter eminentemente assistencialista) dentre os quais vale destacar: O Programa de Valorização do Pessoal Docente, Especialista, Técnico e Administrativo. (BEZERRA, 1998, p. 96)

### **PROFORMAR E A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO AMAZONAS - A FORMAÇÃO DA AGENDA E A ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

A educação no Estado Amazonas estava, nos últimos anos do século XX e início dos anos 2000, dando seus primeiros passos rumo a construção de um complexo educacional que fosse capaz de atender a todos os 62 municípios do estado. Nos primeiros anos do século XXI, o Amazonas se ressentia economicamente do fim dos incentivos fiscais destinados ao setor de comércio e entrava em uma nova fase de desenvolvimento econômico, a criação e consolidação de um Polo Industrial.

Portanto, é neste cenário que o Programa de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação – Proformar está inserido. E, a partir dele realizamos uma revisão bibliográfica exposta abaixo com o intuito de identificar os elementos que contribuíram para preparação e implementação desta política pública educacional. O referido programa nasceu de uma solicitação da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Amazonas – SEDUC/AM endereçada a recém criada em Universidade do Estado do Amazonas – UEA e, tinha como finalidade principal atender as determinações constantes na Declaração Mundial sobre Educação para Todos de 1990 e na Lei Federal 9 934 de 1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Em seu art. 2º inc. IX a referida lei estabelece, como princípio basilar, a garantia do padrão de qualidade educacional. E, nesta esteira, as determinações do artigo 62 nos parágrafos 3º, 4º e 5º e, em igual medida, no artigo 63 inc. I a premente necessidade em oferecer formação superior aos profissionais da educação básica regular. (BRASIL, 1996).

Com isso, estava definido o objetivo último do Proformar, promover a qualidade da educação pública regular no Estado do Amazonas por meio de investimentos diretos na formação e capacitação dos profissionais da educação. A criação do programa assenta-se no fato de que o Brasil é muito diversificado sendo difícil pensar uma política que atenda do Amazonas ao Rio grande do Sul (GATTI, 2006, p. 6). Portanto, como base nas determinações constantes para no artigo 87 inc. III da LDB, uma vez iniciada a *Década da*

Educação (1996-2006) era preciso “realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância.” (BRASIL, 1996). Contudo, apesar da aparente ambição de tais determinações, é imperioso considerar que o parágrafo quarto do mesmo artigo estabelecia que “Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço” acabou sendo revogado pela lei 12 796, de 2013.

### **PROFORMAR: A FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA.**

Para elaborar e implementar o Proformar, a pedido da Secretaria Estadual de Educação, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) contratou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) com o intuito de contar com a experiência da instituição no processo de gerenciamento e coordenação das equipes de: tecnologia educacional, produção de TV e pessoal de logística (BARBOSA; RAMOS, 2008, p.20). Depois de uma série de estudos de viabilidade e abrangência do programa as duas instituições diretamente envolvidas como (UEA e ISAE/FGV) decidiram adotar como meio de difusão de seus conteúdos o *ensino presencial mediado pela TV* enquanto metodologia concebida a partir da lógica de um *Blended Learning* (NACOL, 2012, p. 17). Tal escolha buscava contornar os problemas e dificuldades que desde o início estiveram presentes os quais serão tratados adiante.

### **RESULTADOS DA PESQUISA**

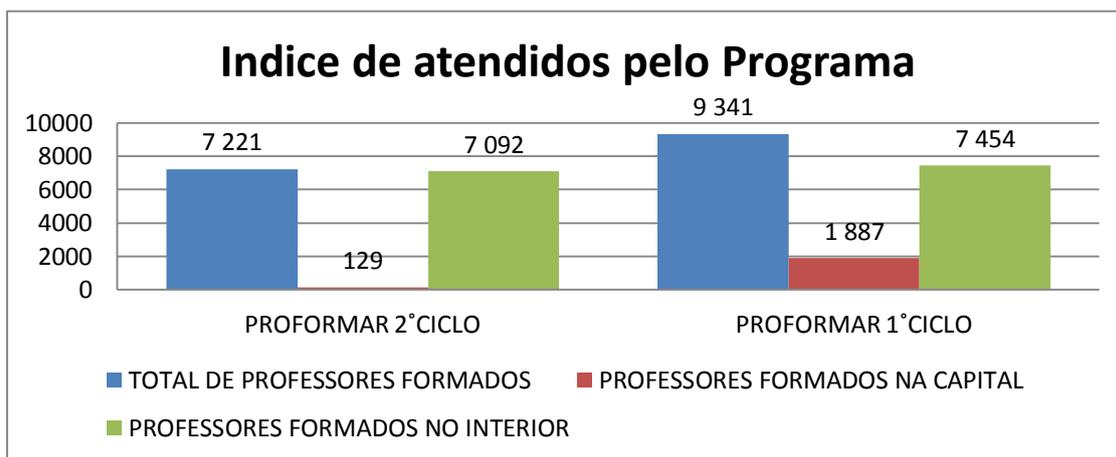
#### **PROFORMAR: UMA AVALIAÇÃO DE SEUS RESULTADOS.**

O programa Proformar foi capaz de em menos de uma década, organizado em dois ciclos (Proformar I e II), transformar o cenário da educação pública no Estado do Amazonas visto que possibilitou a formação superior de mais de 16 mil professores. O contingente formado, a duração, bem como, o montante de recursos públicos (valores globais e unitários) alocados no programa podem ser melhor visualizados nas figuras I, II, III, respectivamente.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> O presente gráfico foi construído a partir da coleta e sistematização dos dados existentes em BARBOSA, Walmir Albuquerque; RAMOS, José Ademir Gomes. Proformar e educação no Amazonas. Manaus: Valer, 2008.

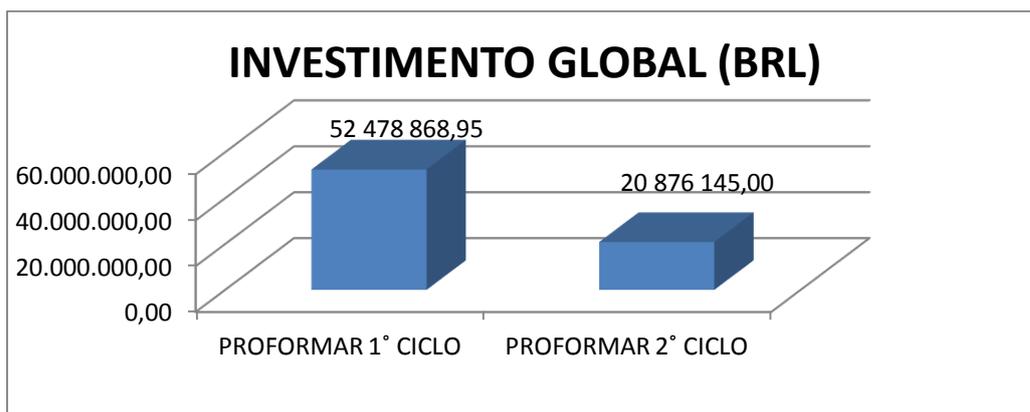
FIGURA I. PROFESSORES FORMADOS PELO PROFORMAR.



Os ciclos I e II foram desenvolvidos nos anos de 2001 a 2008.

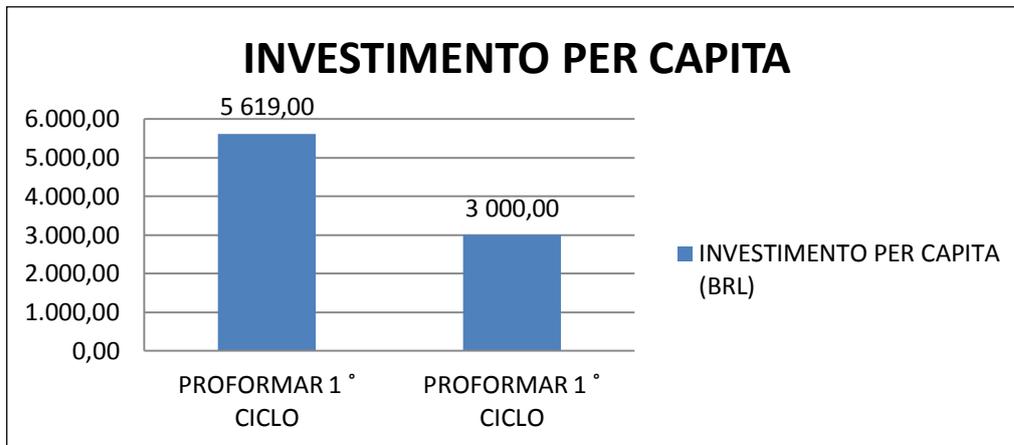
Fonte: BARBOSA; RAMOS, 2008.

FIGURA 2: COMPARAÇÃO ENTRE OS INVESTIMENTOS TOTAIS REALIZADOS NOS DOIS CICLOS DO PROFORMAR.



Fonte: BARBOSA; RAMOS, 2008

**FIGURA 3: COMPARAÇÃO ENTRE OS INVESTIMENTOS REALIZADOS NA FORMAÇÃO DE CADA ALUNO-PROFESSOR NOS CICLOS I E II.**



Fonte: BARBOSA; RAMOS, 2008

Destarte, encontra-se evidenciado na *figura 1* os números finais do programa. A referida figura expõe o contingente de professores leigos<sup>3</sup> nos dois ciclos do programa. Inicialmente é possível extrair da figura as seguintes conclusões: a) em seus dois ciclos o Proformar apresentou números mais expressivos no interior do que na capital; b) percebe-se uma considerável elevação nos números finais do programa, ou seja, o programa em seu ciclo I foi capaz de atender 2 000 beneficiados a mais do que em seu segundo ciclo; c) em seu ciclo II o Proformar apresentou (na capital) números bem inferiores quando comparados com os dados do ciclo I, contudo, o programa apresentou (no ciclo II) um relevante crescimento referente aos professores formados no interior do estado.

Por seu turno, a *figura 2* exibe um comparativo entre os valores globais investidos nos dois ciclos do programa. Aqui, é possível observar um considerável decréscimo nas cifras quando comparados os dois ciclos. Essa redução no investimento global se traduz no fato de que: para que o programa pudesse existir foi necessária a construção de toda estrutura necessária para o seu funcionamento e implementação e, contrariamente, em seu segundo ciclo foram aproveitadas toda infraestrutura existente.

Em seguida, a *figura 3* exibe um comparativo entre os valores médios investidos na formação de cada aluno-professor atendido pelo programa. Nesta altura, percebe-se

<sup>3</sup> Ao utilizarmos o termo *professores leigos* nos referimos aos profissionais da educação cuja formação e capacitação foi feita no antigo regime de magistério. Além disso, nos referimos amplamente aqueles que desempenham o papel de professores porém não tiveram formação superior que lhes conferisse grau.

uma considerável redução nos custos unitários os quais seguem, invariavelmente, a redução ocorrida nos custos globais do programa em seu segundo ciclo.

Posto isto, é lícito considerar que desde de sua concepção o Proformar esteve cercado por limitações das mais variadas ordens que concorreram para o aumento do custo final do programa em seu primeiro ciclo. Dentre os inúmeros contratempos e percalços enfrentados pelo programa é lícito evidenciar: a) o elevado número de municípios que compõem o estado do Amazonas; b) as longas distancias que separam os municípios; c) a dificuldade de acesso ao interior do estado em decorrência da inexistência de linhas regulares de transporte entre as localidades as quais, em certos períodos do ano, o acesso só era possível por via aérea; d) a irregularidade e, em alguns casos, a impossibilidade em se estabelecer linhas diretas de comunicação (via telefone, satélite e/ou internet) entre a capital e os demais municípios do estado; etc.

E, se considerarmos que toda política pública está integrada dentro do conjunto de políticas governamentais e constitui uma contribuição setorial para a busca do bem – estar coletivo. Cada política, por sua vez, inclui diferentes aspectos aos que dá prioridade, em função de urgências e relevâncias. Sendo assim, as políticas públicas são influenciadas, a partir da sua incorporação ao elenco de ações setoriais do governo, pelas contingências que afetam a dinâmica estatal (SARAVIA, 2006, p. 99). Portanto, vale considerar que o Proformar atuou como uma espécie de locomotiva das políticas públicas educacionais desenvolvidas no estado do Amazonas nos primeiros anos do século XXI. Isso se conforma quando considerados que o referido programa proporcionou uma crescente produção de pesquisas acadêmicas dentro das seguintes linhas de investigação: Educação, Cultura e Sociedade, Arte na Escola, Didática, Dificuldades de Aprendizagem, Fracasso Escolar e Avaliação da Aprendizagem, Ensino da Leitura e Ensino de Matemática. Foram produzidos, nos oito anos de duração do Proformar, mais de 16 mil estudos monográficos, também chamados de Trabalhos de Conclusão de Curso.

*Parri passu*, a partir da estrutura deixada pelo Proformar, outros programas foram implementados, dentre os quais podemos citar: a oferta do Curso Superior de Ciência Política, os cursos de Licenciatura em Matemática, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Educação Física e Especialização em Gestão da Educação. Igualmente importante, o programa Aprovar foi o primeiro curso preparatório, oferecido

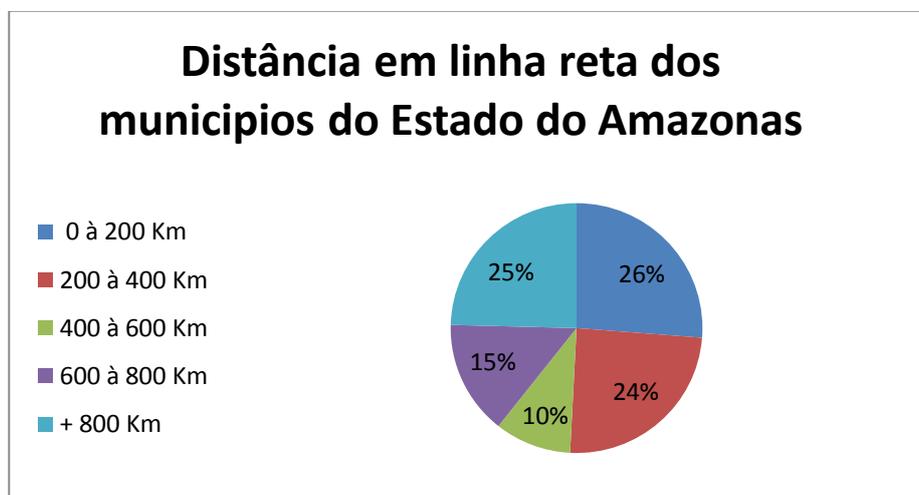
pelo Governo do Estado do Amazonas, para o exame de ingresso na Universidade do Estado do Amazonas-UEA sendo acompanhado pelo sistema de ensino mediado por TV por aproximadamente 250 mil estudantes.

## **DISCUSSÕES**

Neste momento nos resta tecer algumas considerações acerca do referido programa. Preliminarmente, devemos considerar a capacidade de cooperação e coordenação existente no interior das instituições do Estado para que fosse possível a implementação de um programa educacional desta magnitude. Isto fica claro quando percebemos que: em decorrência de compromissos estabelecidos - em Instrumentos internacionais e Lei Federal - o Estado passa a se mobilizar por meio de transformações interior do ordenamento jurídico e do sistema educacional nacional com o intuito de tornar possível o cumprimento das obrigações contraídas.

Em igual medida, percebeu-se um movimento de concertação de ações por parte do Governo do Estado do Amazonas que, ao criar uma Universidade, atribuiu-lhe responsabilidade condizente com a finalidade para a qual fora criada, levar a educação de nível superior da Capital (Manaus) ao Interior do Estado. Sendo que, a referida articulação, ocorreu por intermédio da Secretaria Estadual de Educação-SEDUC que, por sua vez, já possuía uma estrutura operacional em todos os 62 municípios do Estado e a capacidade de interagir diretamente com o poder político de cada localidade (junto às Prefeituras e Secretarias Municipais de Educação).

**FIGURA 4. DISTÂNCIA EM LINHA RETA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS PARTINDO DA CAPITAL DO ESTADO (MANAUS).<sup>4</sup>**



Fonte: Associação dos Municípios Amazonenses, 2010.

Posto isto, é possível extrair da *figura 4* a disposição geográfica dos 61 municípios do estado do Amazonas tendo como ponto de partida a capital do estado, Manaus. Aqui, resta considerar os meandros que configuram a realidade dos povos da Amazônia. Assim, expõe-se que 15 dos 61 municípios do Estado (excetuando a capital) se encontram em distâncias superiores a 800 quilômetros (em linha reta) partindo da capital. Neste caso, encontram-se municípios em distâncias superiores a 1 000 quilômetros os quais devem, em sua maioria, serem percorridos pelo principal meio de transporte intercidades na região, *motores-de-linha*.

Portanto, atinge-se um ponto fulcral quando o assunto é a região Amazônica. Pois, além da incongruente distribuição populacional brasileira sobre o vasto território do país, se atesta ainda o isolamento geográfico e econômico do restante do Brasil haja vista que quando analisadas as malhas dos principais modais de transporte existentes a região norte apresenta: apenas os Estados do Pará, Amapá e Tocantins com estradas de ferro em funcionamento (com especial relevo a ferrovia norte-sul que cruza o Estado do Tocantins); uma rede rodoviária federal e estadual não duplicada e com consideráveis trechos ainda

<sup>4</sup> O presente gráfico foi construído a partir da coleta e sistematização dos dados existentes em: MUNICÍPIOS, Associação Amazonense. Distância dos municípios em relação a capital Manaus. Confederação Nacional de Municípios, 2010. Disponível em: <[http://portal.cnm.org.br/sites/8100/813onde3/Distancia\\_dos\\_Municipios\\_em\\_relacao\\_a\\_cap.pdf](http://portal.cnm.org.br/sites/8100/813onde3/Distancia_dos_Municipios_em_relacao_a_cap.pdf)>. Acesso em: 25 de out. de 2014.

em pavimentação; um conjunto de portos majoritariamente fluviais com exceção dos complexos portuários de Manaus, Macapá, ilha de Marajó e outros dois nas proximidades de Belém-PA. (TRANSPORTES, 2002).

Nesta seara, frente às dificuldades enfrentadas pelo programa, percebeu-se que o Governo do Estado, por meio da SEDUC, ao atribuir à UEA a condução do Proformar, passou a oferecer aos municípios um programa adaptável às diferentes realidades e dificuldades vivenciadas nessas localidades, a partir de um programa educacional no qual o ambiente de aprendizado do aluno-professor exercer impacto considerável sobre a eficácia das partes do sistema controladas pela instituição de ensino. (MOORE; KEARSLEY, 2011, p. 93). Por exemplo, nas localidades cuja população é majoritariamente indígena, foram criados pólos especializados na formação de professores indígenas e para educação indígena (nas cidades de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Tabatinga).

## **CONCLUSÕES**

A essa altura, nos encontramos em condições de considerar o Profomar não apenas como uma política pública educacional de caráter transitório, mas podemos e devemos ir além. Inicialmente, reconhecemos a possibilidade de que o referido programa pode ser compreendido sob diferentes óticas e variados ângulos. E, partindo disso, é factível afirmar que a finalidade deste trabalho jamais foi esgotar o tema por meio de uma análise tecnicista e restritiva haja vista que “nos países de cultura latina, a perspectiva jurídica mantém sua vigência alicerçada no legalismo próprio da conformação dos seus sistemas estatais.” (SARAVIA, 2006, p. 78). Contrariamente, vislumbramos o Proformar enquanto reflexo de uma conjuntura política, econômica e social. Ao empreendermos uma breve revisitação à história do País e, sobretudo, da região; descobrimos como estão umbilicalmente ligados os acontecimentos, fatos e decisões que tecem as tramas de nossa história. Isso sem se esquecer da “preocupação por obter maior conhecimento a respeito das características mais gerais dos sistemas políticos e das relações que se estabelecem entre políticas públicas e política, de um lado, e entre governo e sociedade, de outro.” (Idem, p. 80).

Posto isto, vimos, por meio de um programa de considerável vulto, como vários atores se movimentam no jogo das relações políticas e econômicas. Foi possível identificar como o Estado e seus diferentes níveis de poder (em sua acepção contemporânea e no caso Brasileiro composto pela União, Estados da Federação e Municípios) estão

diretamente conectados no processo de formulação de suas agendas, elaboração e implementação de políticas públicas, especialmente, as de caráter educacional. Em outros termos, percebe-se que os agentes envolvidos, neste caso o Estado em seus diferentes níveis, criam o espaço, ou seja, o campo relacional, que apenas existe por meio dos agentes que aí agem e que alteram o espaço em seu redor, conferindo-lhe uma determinada estrutura. (BOURDIEU, 2006, p. 69). E, quanto as instituições envolvidas, é possível concluir que “como praticamente todas políticas públicas são executadas por grades organizações públicas, somente entendendo como as organizações funcionam é que podemos entender como as políticas são modeladas no processo de implementação.” (ELMORE, 1988).

Além disso, identificou-se que, segundo Bourdieu (2006, p. 55), o peso de um agente depende de uma série de fatores que, quando conjugados, formam fatores diferenciais de sucesso que podem garantir uma vantagem face aos demais agentes envolvidos. Por seu turno, é preciso considerar ainda, a incidência do capital em todas as suas formas - financeiro, tecnológico, jurídico e organizacional – na composição do conjunto relacional que propiciou a implementação do programa.

Por seu turno, foi possível perceber a importância e o poder que os documentos e instrumentos internacionais são capazes de exercer sobre países em vias de desenvolvimento. Tal afirmação é clarificada ao considerarmos que os compromissos assumidos pelo Brasil junto às organizações internacionais – tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e UNESCO (por exemplo, o PNUD-ODM e da conferência de Jomtien, respectivamente) – no que tange a educação se encontram materializados em importante instrumentos normativos dentre os quais podemos evidenciar: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (ao reservar um capítulo inteiro para o tema) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Todavia, a despeito da importância de tais instrumentos jurídico-normativos, não se pode esquecer a tendência do *Estado nacional burocrático* (GATTI, 2006, p. 8) enquanto fruto de uma *reforma conservadora ultraliberal* (BOURDIEU, 2006, p. 63) ainda presentes no cenário político brasileiro.

Contudo, é igualmente imperioso a superação de tais paradigmas tendo em vista a modernização do Estado e de suas funções. Assim, “O *government by policies*, em substituição ao *government by law*, supõe o exercício combinado de várias tarefas que o

Estado liberal desconhecia por completo. Supõe o levantamento de informações precisas sobre a realidade nacional e mundial, não só em termos quantitativos (para o qual foi criada a técnica da contabilidade nacional), mas também sobre fatos não redutíveis a algarismos, como em matéria de educação, capacidade inventiva ou qualidade de vida.” (COMPARATO, 1989, p.168). Destarte, o presente trabalhou busca fornecer subsídios para futuras discussões acerca das experiências desenvolvidas na formação de professores, no uso de tecnologias, na melhoria da qualidade de ensino e políticas públicas educacionais.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Walmir Albuquerque. Proformar: políticas públicas e educação. Manaus: UEA edições, 2008.

BARBOSA, Walmir Albuquerque; RAMOS, José Ademir Gomes. Proformar e educação no Amazonas. Manaus: Valer, 2008.

BEZERRA, Adenice Alves. As políticas para escola pública no Amazonas (1987/1994): Da ênfase na democracia à meta da eficiência. Universidade Estadual de Campinas, 1998.

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. As estruturas sociais da economia. Porto: Campo das letras, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 27 de out. de 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. *Para viver a democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ELMORE, R. Organizational models of social program implementation. *Public Policy num.* 26. 1978.

ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia. Sinopse do censo demográfico 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=21&uf=13>. Acesso em 26 de jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. Contas regionais do Brasil 2010. Acesso em: 26 de junho de 2014. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Regionais/2010/pdf/tab01.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2010/pdf/tab01.pdf). Acesso em: 20 de out. de 2014.

- GATTI, Bernardete. Difusão de Ideias. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2006.
- LEARNING, North American Council of Online. Blended Learning: The Convergence of Online and Face-to-Face Education, 2012.
- MOORE, Michael & KEARSLEY, Greg. Educação a distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- MUNICÍPIOS, Associação Amazonense. Distância dos municípios em relação a capital Manaus. Confederação Nacional de Municípios, 2010. Disponível em: <[http://portal.cnm.org.br/sites/8100/8133/Distancia\\_dos\\_Municipios\\_em\\_relacao\\_a\\_cap.pdf](http://portal.cnm.org.br/sites/8100/8133/Distancia_dos_Municipios_em_relacao_a_cap.pdf)>. Acesso em: 25 de out. de 2014.
- NOLASCO, Patrícia Carmello. A educação jesuítica no Brasil colonial e a pedagogia de Anchieta: catequese e dominação. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- SAMPAIO, Paloma Maria Melo. Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.
- SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). Políticas Públicas – Coletânea, volume I. Escola Nacional de Administração Pública- ENAP, 2006.
- SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. São Paulo: Campinas, 2007.
- SMITH, Anthony. Os conquistadores do Amazonas: quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo. São Paulo: Best Seller, 1994.
- TRANSPORTES, Ministério dos. Banco de informações e mapas dos transportes-BIT, 2010. Disponível em: <<http://www2.transportes.gov.br/bit/>>. Acesso em 24 de jul. de 2014.